

Pesquisa e Ações em Saúde Pública

Edição XXVI

Capítulo 18

PSICOEDUCAÇÃO EM SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SOBRAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

CARLA BRAGA DE ARAÚJO¹
RODRIGO DA SILVA MAIA²
LUIZA BARBARA CUNHA FREIRE³
HELLEN BEATRIZ MARTINS BRAGA¹
MARCOS DANIEL CANUTO ALVES¹
PAULO SÉRGIO SILVEIRA JÚNIOR¹

¹Discente - Graduando em Psicologia na Universidade Federal do Ceará.

²Doutorado em Psicologia; Docente na Universidade Federal do Ceará.

³Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará.

Palavras-Chave: Saúde Sexual; Educação Sexual; Adolescentes.

DOI

10.59290/2270100822

P EDITORA
PASTEUR

INTRODUÇÃO

A adolescência é compreendida como um período de desenvolvimento biopsicossocial que, segundo a Organização Mundial da Saúde (1965), corresponde à segunda década da vida, situando-se entre 10 e 20 anos. Esse mesmo parâmetro é adotado pelo Ministério da Saúde e pelo IBGE. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente define a adolescência como faixa entre 12 e 18 anos (BRASIL, 2007).

De modo geral, esse ciclo se inicia com transformações corporais da puberdade e se estende até a consolidação da inserção social, profissional e econômica do indivíduo na vida adulta (FORMIGLI *et al.*, 2000). Diante disso, constitui um período de intensas transformações, não só biológicas, mas cognitivas, emocionais e socioculturais que moldam trajetórias de saúde ao longo da vida. E, embora as delimitações etárias variem, essa é uma etapa crítica do desenvolvimento, sendo, portanto, atravessada por dimensões de poder, gênero, raça e classe, torna-se imperativo adotar uma lente crítica e decolonial para interpretá-las (ZAPPE, 2016).

Entre os motivos que tornam essa etapa sensível está a prevalência significativa da iniciação sexual, frequentemente em idades que antecipam a maturidade psicossocial e o acesso pleno a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Uma parcela relevante da população relata início sexual em idades precoces, e esse processo, inicialmente discreto, tem ocorrido de forma cada vez mais precoce, pesquisas apontam que a iniciação sexual acontece em média aos 15 anos e está associada a ampliação da exposição dos jovens a situações de vulnerabilidade, como infecções sexualmente transmissíveis (IST), como o HIV/Aids, gravidez não planejada e repercussões psicossociais e socioeconômicas associadas (SILVA, 2015; FURLANETTO, 2018).

Dessa forma, comportamentos adotados na primeira relação sexual, especialmente no que se refere ao uso de preservativos, tendem a repercutir em práticas ao longo da vida adulta (MARINHO, 2009). Tais desafios são intensificados pela dificuldade histórica das políticas públicas brasileiras, destacando os serviços de saúde e educação em abordar o tema de forma integral, contínua e contextualizada, o que tem impulsionado o crescimento de pesquisas sobre sexualidade juvenil tanto no Brasil quanto internacionalmente (GUEDES, 2015).

A escola, por seu alcance universal e papel formativo, aparece como um espaço privilegiado para a psicoeducação em saúde sexual e reprodutiva. A educação sexual nas escolas emerge como eixo estratégico para a promoção da saúde e a proteção integral de adolescentes, uma vez que possibilita o desenvolvimento de autonomia, reconhecimento do próprio corpo e a capacidade de prevenir-se diante de situações de vulnerabilidade. Embora a relevância seja reconhecida, as metodologias tradicionalmente empregadas no ensino da sexualidade têm se mostrado insuficientes e, muitas vezes, inadequadas, o que reflete a persistente dificuldade tanto de instituições escolares quanto das famílias para abordar o tema de forma clara e informada (GAZZOLA, 2022).

Em suma, fortalecer a educação sexual no ambiente escolar não apenas amplia o acesso a informações confiáveis, mas se configura como uma ferramenta essencial e central para a construção de trajetórias seguras e capazes de enfrentar os riscos relacionados à sexualidade na adolescência. Neste contexto, sabe-se que os adolescentes nessa fase do desenvolvimento, tendem a apresentar comportamentos de risco, como por exemplo a prática de sexo sem preservativos, principalmente devido à busca por desafios e novas experiências. Essas atitudes podem facilitar o desenvolvimento psicossocial ao envolver a experimentação de riscos, promo-

ver interações entre os colegas e contribuir para a autonomia. No entanto, a continuidade desses comportamentos pode trazer consequências de curto, médio e longo prazo que prejudicam a saúde física e mental dos jovens (DWORKIN, 2005 *apud* ZAPPE *et al.*, 2018).

Diante disso, percebe-se a importância de desenvolver habilidades específicas para trabalhar com esse público, sendo a atividade de extensão universitária uma oportunidade para adquirir tais competências.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de uma ação de extensão acadêmica realizada com adolescentes de uma escola municipal de Sobral-CE, que utilizou uma abordagem acessível e interativa para discutir a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), métodos contraceptivos e a importância do respeito às diversidades.

MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência, inspirado nas proposições de Mussi *et al.* (2021), no qual tem como fundamentação descrever uma intervenção realizada e propor uma reflexão crítica seguindo um embasamento teórico. Sabendo disso, esse estudo é resultado de uma intervenção psicoeducativa enfocada na saúde sexual e reprodutiva, realizada em outubro de 2024 na Escola Paulo Aragão de Ensino Fundamental e Educação Infantil, localizada no município de Sobral-CE, por um grupo de extensionistas do Núcleo de Estudos sobre Subjetivação e Sexualidade (SUSEX) da Universidade Federal do Ceará (UFC). A ação foi promovida tendo como público alvo duas turmas de estudantes do nono ano, assim, compreendendo cerca de cem estudantes. Assim, a intervenção foi planejada e dividida em três momentos de atividades.

O primeiro momento utilizou-se de forma dinâmica a exposição de preservativos e outros

tipos de métodos contraceptivos, buscando dialogar com a realidade desses estudantes, trazendo informações e respondendo a dúvidas sobre formas corretas de uso e sobre os dispositivos de saúde disponíveis no território e enfatizando sua distribuição gratuita. O segundo momento tratou de promover uma dinâmica chamada 'Pega ou Não Pega'. Para sua realização utiliza-se placas de 'Sim' e 'Não' e de 'Pega' e 'Não pega', as placas são distribuídas aleatoriamente aos estudantes, que, a partir das situações expostas, discutem entre si e respondem a perguntas relacionadas às formas de transmissão do HIV/Aids, como "Sentar no mesmo vaso sanitário" ou "Compartilhar seringas". Essas situações dão ênfase a reflexões sobre os cuidados e estigmas em relação ao HIV, trazendo situações de risco e buscando desmistificar sensos comuns que não correspondem à realidade sobre o vírus.

Em consonância com Maia e Ribeiro (2011), que afirmam a necessidade de uma educação sexual nas escolas que não se restrinja apenas a temáticas de caráter preventivo, mas também discuta relacionamentos sociais, cidadania, direitos humanos e diversidade sexual, o terceiro momento teve como objetivo proporcionar um espaço de escuta ativa das necessidades e questionamentos relacionados ao assunto, buscando direcionar a conversa para alertas sobre violência sexual e dialogar de forma inclusiva acerca de sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero. Para facilitar a fluidez do momento, foram distribuídos papéis e disponibilizada uma urna, permitindo que as perguntas fossem feitas de forma anônima. Isso possibilitou que todos os participantes escrevessem suas dúvidas sem o receio de se expor ou se sentirem constrangidos, o que se fez perceber grande adesão dos estudantes ao momento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A demanda da instituição de ensino por uma ação de extensão voltada à orientação dos adolescentes sobre métodos contraceptivos revela a necessidade de componentes curriculares sobre educação sexual e a expansão das discussões sobre sexualidade e gênero para além da contracepção. Os extensionistas discutiram a prevenção de ISTs, apresentaram os métodos contraceptivos e esclareceram dúvidas dos discentes sobre o uso de preservativos e as possíveis formas de infecção. Com efeito, destacam-se os questionamentos dos estudantes sobre sexualidade e gênero e o embarço das turmas quando os extensionistas trouxeram exemplos sobre o uso seguro de preservativos em próteses de borracha.

Nesse contexto, embora a demanda inicial da instituição tenha sido a abordagem dos métodos contraceptivos, vista a presença de jovens grávidas nas turmas em que os extensionistas estiveram, revelou-se uma alta desinformação dos estudantes quanto à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. Os participantes da extensão tiveram, com isso, a oportunidade de discutir práticas de saúde relevantes para a promoção de bem-estar e informação no ambiente escolar, tendo em vista debater assertivamente sexualidade e gênero não somente com os discentes, mas também com profissionais que estiveram presentes no curso das ações.

Ressalta-se que a atuação dos extensionistas ocorreu de forma respeitosa e acolhedora às dúvidas trazidas pelos estudantes, ao passo que perguntas e curiosidades das turmas foram notadas ao longo das ações, bem como expressões de vergonha e embarço diante das temáticas discutidas. Por meio da dinâmica “Pega ou não pega?”, os extensionistas questionaram os discentes acerca das formas de contaminação por infecções sexualmente transmissíveis, citando-se, por exemplo, HIV/Aids e Hepatites virais.

As situações narradas citavam compartilhamento de seringas, uso de sabonetes e toalhas por mais de uma pessoa, transmissão durante a gestação, sexo oral e práticas sexuais com penetração, tanto vaginal quanto anal.

Durante as ações, os estudantes deveriam levantar as mãos quando achassem que a situação narrada poderia ser uma forma de transmissão de ISTs. As turmas demonstraram conhecer as possibilidades de contaminação, principalmente, em casos de compartilhamento de agulhas e seringas, sexo oral e sexo com penetração. Na ocasião, uma estudante relatou a realização de campanhas de vacinação na escola, possivelmente, contra o vírus HPV. Embora não haja a obrigatoriedade de todos os estudantes serem vacinados no espaço escolar, a Lei nº 14.886, de 11 de junho de 2024, instituiu o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas, em que todas as escolas de educação infantil e de ensino fundamental públicos deverão participar das atividades previstas na Lei (BRASIL, 2024). Tem-se a vacinação contra ISTs nas escolas públicas municipais, para crianças e adolescentes, como uma estratégia relevante na prevenção de agravos de saúde.

A adolescência, por sua vez, é um período de desenvolvimento hormonal e sexual em que os sujeitos estão mais suscetíveis a infecções se não forem orientados (ABREU & PEDERIVA, 2023). Dessa forma, a educação sexual se constitui como medida importante na prevenção e na promoção de saúde, ao passo que os sujeitos estão na iminência dos interesses sexuais e das formas possíveis de relacionamento interpessoal.

Guedes *et al.* (2017) afirmam haver, contudo, receio das instituições de ensino em abordar informações relevantes sobre saúde sexual e prevenção de quadros infectocontagiosos devido aos tabus relacionados às temáticas e ao medo de conflitos familiares. Tal receio pode, sobretudo, aumentar o desconhecimento dos jo-

vens sobre sexualidade, gênero e orientação sexual, visto não haver debate nos ambientes escolares. Enquanto espaço de ensino-aprendizagem e reprodução dos valores sociais, a escola apresenta muitas potencialidades na conscientização, no debate e na prevenção, cabendo a utilização de ferramentas pedagógicas multidisciplinares no aprendizado.

Com o objetivo de ampliar a formação integral dos estudantes, o Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, instituiu o Programa Saúde na Escola (PSE), estratégia intersetorial que visa a integralidade na promoção de saúde e prevenção no âmbito escolar (BRASIL, 2007). Entre as ações propostas, a educação sobre saúde sexual e reprodutiva é considerada na rede de educação, abrangendo discussões com diversos atores sociais, como a unidade de saúde no território. Cita-se, também, o papel da universidade, mediante a extensão, na realização de ações.

Nessa perspectiva, a escola pode utilizar e aliar estratégias de prevenção de ISTs e exemplificar métodos de contracepção no processo de aprendizagem, mas, muitas vezes, não as faz. Nas ações realizadas na instituição, observou-se um cenário no qual os discentes apresentavam curiosidades sobre as formas seguras de ter uma relação sexual e de aliar métodos de prevenção de ISTs, citando-se, por exemplo, a pergunta de uma estudante se há a possibilidade de contaminação por vírus ainda que haja o uso de preservativo.

Ademais, ao final da ação, outro discente questionou aos extensionistas onde seria possível obter preservativos, sendo orientado que há a possibilidade de obtenção na unidade básica de saúde do bairro onde reside. Tornou-se possível, ainda, orientar os estudantes acerca do Centro de Referência em Infectologia de Sobral (CRIS), na qual foram citados os serviços prestados pelo dispositivo de prevenção, tratamento e acompanhamento de pessoas com ISTs, com

serviços de testes rápidos, distribuição de preservativos interno e externo e dispensação de profilaxias retrovirais.

A ação realizada suscitou o interesse dos alunos, ficando perceptível para os extensionistas a partir das diversas dúvidas que foram colocadas pelos estudantes durante o período da ação, além das metodologias interativas propostas pelos extensionistas, o que tornou o momento muito significativo e proveitoso, tanto para os alunos, como também para os professores que estavam presentes em sala.

Apesar da participação ativa dos estudantes e do cuidado dos extensionistas em responder as dúvidas, bem como na apresentação da temática, ainda foi percebida a presença de uma forte resistência em falar acerca dos assuntos que envolvem a sexualidade, o que proporcionou algumas dispersões dos alunos, o visível constrangimento e a vergonha de alguns diante do que estava sendo trabalhado no momento da ação. Em determinado momento da ação, quando os extensionistas apresentaram um exemplo sobre a forma segura de utilizar preservativos externos, mediante exposição de uma prótese peniana de borracha, foram observadas expressões de vergonha e constrangimento nos adolescentes.

Sobre o constrangimento e a vergonha observados na ação, foi possível deduzir as fortes influências do tabu acerca da sexualidade, em que a consequência desse processo possui relações com a ausência de um projeto pedagógico, que abarque a educação sexual no cotidiano escolar. Como aponta Souza (1991), a educação sexual permite que haja uma autonomia do sujeito em relação ao próprio corpo e à vivência da sexualidade, possibilitando uma abertura para que haja maior conhecimento e consciência sobre o corpo, os desejos e as formas de prevenção de ISTs, que sejam livre de tabus, falsas informações, culpa, bloqueios ou vergonha.

Os tabus presentes acerca da sexualidade provocam, como um de seus desdobramentos, a resistência em discutir com mais consistência sobre a temática em sala de aula, o que contribui para a construção e a perpetuação de uma visão muito limitada acerca da sexualidade humana que, por sua vez, resulta na deficiência do acesso a informações que são de extrema importância, principalmente, para populações mais jovens.

A ausência de uma difusão mais horizontal das informações que envolvem a sexualidade, como a prevenção de ISTs, os métodos contraceptivos, a prevenção da gravidez na adolescência e a prevenção da violência sexual, tem como consequência altos índices de gravidez em idades precoces e, somado a isso, um quantitativo expressivo de infecções sexualmente transmissíveis presentes na faixa etária mais jovem. Isso se fundamenta com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, realizada em 2015 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que obteve como resultado o dado de que 33,8% dos adolescentes do 9º ano do Ensino Fundamental entrevistados responderam não ter utilizado preservativo na sua última relação sexual (IBGE, 2016). Além disso, de acordo com o Ministério da Saúde, entre 2007 e junho de 2022, 102.869 jovens de 15 a 24 anos foram infectados pelo vírus HIV (BRASIL, 2022).

Nesse sentido, os resultados dessa ação realizada no município de Sobral evidenciam a necessidade de integrar a educação sexual como uma prática regular e sistematizada nas demais escolas do município. A iniciativa demonstrou uma pequena amostra do panorama em que se encontram atualmente as ações em educação sexual nas escolas públicas da rede municipal de ensino. A partir dos dados coletados nessa amostra, é possível inferir que esse é um reflexo de uma realidade mais abrangente do conjunto das instituições de ensino da rede municipal,

ressaltando a carência de atividades em saúde sexual dentro do contexto escolar.

CONCLUSÃO

Os resultados do presente relato reforçam a importância de uma abordagem sistemática e contextualizada da educação sexual no ambiente escolar, especialmente frente às dimensões biopsicossociais que permeiam o desenvolvimento adolescente. Percebe-se também que, embora haja interesse por parte dos estudantes e uma tentativa de abordar temas relacionados à prevenção de ISTs e métodos contraceptivos, ainda persiste uma forte resistência cultural e social, influenciada por tabus e ausência de um trabalho de psicoeducação contínua. Essa resistência reflete-se na vergonha, no constrangimento e na dificuldade de dialogar abertamente sobre sexualidade, o que pode comprometer o acesso às informações confiáveis e, consequentemente, afetar as práticas de atividades sexuais seguras, o cuidado e a proteção dos jovens.

A experiência dos acadêmicos na extensão universitária relatada, revelou que ações participativas e dinâmicas, como as atividades propostas, representam uma estratégia eficiente para estimular o interesse e possibilitar a construção de conhecimentos. No entanto, segundo a literatura, ainda é necessário ampliar a frequência e a regularidade dessas intervenções.

Além disso, os dados coletados indicam a urgência de integrar a educação sexual de forma permanente no currículo escolar e na rotina institucional, potencializando a formação de jovens mais autônomos, conscientes de seus corpos, direitos e responsabilidades, além de promover o respeito às diversidades sexual e de gênero.

Nesse contexto, os extensionistas, tiveram oportunidade de compreender a realidade vivida no território onde a escola está inserida, bem como os desafios enfrentados na atuação como

futuros psicólogos. Esse momento foi de suma importância para a aquisição de novas habilidades, uma vez que a atividade demonstrou-se essencial para ampliar a compreensão sobre as dificuldades e necessidades específicas dessa população, além de contribuir para o desenvolvimento de uma postura mais sensível e contextualizada na intervenção. Assim, esse aprendizado reforça a importância de ações educativas e de extensão universitária que promovam a reflexão sobre a demanda social dos sujeitos atendidos, preparando os futuros profissionais para atuarem de forma mais ética e inclusiva.

Conclui-se que a ação desenvolvida pelos estudantes desempenhou papel importante para desmistificação de estigmas, promoção de edu-

cação em saúde, segurança sexual e enfrentamento contra violências. Tal prática não deve se limitar ao momento pontual das ações, mas ser reforçada por políticas públicas pautadas em princípios de direitos humanos, que garantam a capacitação contínua de professores e profissionais de saúde, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e informativo. Dessa forma, a educação sexual deixa de ser um tema tabu e passa a ser uma ferramenta fundamental na formação dos adolescentes envolvidos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais informada e segura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, F. S. D. de; PEDERIVA, P. L. M. A periodização histórico-cultural do desenvolvimento humano: a adolescência em questão. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 40, n. 123, p. 376–393, 2023. DOI: 10.5935/0103-8486.20230040.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores sociais: crianças e adolescentes. Brasília, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7128>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.886, de 11 de junho de 2024. Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/14886.htm. Acesso em: 17 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde de adolescentes e jovens: caderneta. Brasília, 2007. Disponível: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0272_M.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.
- BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico: HIV/Aids. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/arquivos/boletim_hiv_aids_2022_internet_24-11_finalizado.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.
- FORMIGLI, V. L. A. *et al.* Evaluation of a comprehensive adolescent health care service. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 16, p. 831–841, 2000. DOI: 10.1590/S0102-311X2000000400020.
- FURLANETTO, M. F. *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 550–571, 2018. DOI: 10.1590/198053145084.
- GAZOLLA, M. de A.; TOLEDO, G. S.; PINTO, M. S. A importância da educação sexual nas escolas. Ubá: Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá, Ubá-MG, 2022.
- GUEDES, H. M. *et al.* Comportamento sexual de adolescentes escolares. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 5, n. 1, p. 1545–1557, 2015. DOI: 10.19175/recom.v5i1.1545.
- GUEDES, J. C. *et al.* A abordagem da educação sexual nos espaços escolares: um olhar sobre a perspectiva dos alunos do ensino médio de Guaraí/TO. *Educationis*, v. 5, n. 2, p. 34–40, 2017. DOI: <http://doi.org/10.6008/SPC2318-3047.2017.002.0004>.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. *Doxa*, v. 15, n. 1, p. 75–84, 2011. DOI: 10.1590/doxa.v15i1.2011.
- MARINHO, L. F. B. *et al.* Práticas contraceptivas e iniciação sexual entre jovens de três capitais brasileiras. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 25, supl. 2, p. S227–S239, 2009. DOI: 10.1590/S0102-311X2009001400005.
- MUSSI, R. F. de F. *et al.* Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, out. 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010.
- SILVA, A. de S. N. *et al.* Início da vida sexual em adolescentes escolares: um estudo transversal sobre comportamento sexual de risco em Abaetetuba, Estado do Pará, Brasil. *Revista Pan-Amazônia Saúde, Ananindeua*, v. 6, n. 3, p. 27–34, set. 2015. DOI: 10.5123/S2176-62232015000300004.
- SOUZA, H. P. *Convivendo com seu sexo: pais e professores*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1991.
- ZAPPE, J. G.; DELL'AGLIO, D. D. Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. *Psico*, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 99–110, 2016. DOI: 10.15448/1980-8623.2016.2.21494.
- ZAPPE, J. G. *et al.* Comportamentos de risco na adolescência: revisão sistemática de estudos empíricos. *Psicologia Revista*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 79–100, 2018. DOI: 10.5752/P.1678-9563.2018v24n1p79-100.